



## Função Social e Política do APESC: reconhecimento e significação na preservação do patrimônio documental catarinense

*Social and Political Function of APESC: recognition and significance in the preservation of Santa Catarina's documentary heritage*

**Juçara Nair Wollf (1), Luciano von Frühauf (2)**

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Rua Duque de Caxias, nº 261, Saco dos Limões, Florianópolis – Santa Catarina, jnwollf@gmail.com (1), luciano.von@gmail.com (2)

### RESUMO

Em Santa Catarina, a preocupação com a guarda e preservação da memória histórica da administração pública catarinense tornou-se mais dogmática no início da República. Descaminhos e querelas políticas inviabilizaram a institucionalização do Arquivo Público na primeira metade do século XX. Sua combativa caminhada iniciou-se de fato com a Lei nº 2.378, de 28 de junho de 1960, assinada pelo Governador Heriberto Hülse que além de criar o Arquivo, consagrava-o como o legítimo órgão custodiador da documentação produzida pelas secretarias de estado e pelos departamentos autônomos. Até final da década de 70, o Arquivo constituía-se em apenas um espaço com as relíquias documentais produzidas por agentes públicos e instituições públicas pretéritas, versando sobre o funcionamento do aparelho governamental e suas ações sobre e na Ilha de Santa Catarina, naturalmente acumuladas. Entre as décadas de 1980 e 2000 os esforços dos primeiros diretores e servidores do Arquivo, juntamente com o empenho de letrados catarinense e dos amantes da memória histórica catarinense, forneceram novos contornos às práticas arquivísticas no Estado. Este breve texto objetiva dar visibilidade a trajetória do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, evidenciando seus avanços e recuos relacionados à sua estrutura, a gestão documental, a preservação e difusão de seu acervo. Este trabalho é fruto das reflexões que temos feito em torno da significação do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) para o governo e para a sociedade catarinense desde a sua criação. Inquietações que surgiram a partir do questionamento sobre a real representatividade e reconhecimento que o APESC foi conquistando nestas duas esferas a partir da compreensão da funcionalidade e atribuições dele para a boa gestão pública e para a memória histórica catarinense. O objetivo deste estudo é analisar a trajetória do APESC e a significação e reconhecimento que esta instituição logrou junto à sociedade e o governo estadual no decorrer de seus 60 anos. Dialogando com os conceitos de memória (LE GOFF, 1990; LOWENTHAL, 1998; NORA, 1993; RICOEUR, 2007), patrimônio documental (ARANTES, 1984; CHOAY, ano; LAGE, ano), história (LE GOFF, 1990; BLOCH, 2002, 2004; BRAUDEL, 2009), gestão de documentos (BELLOTTO, 2000; JARDIM, 1987; 1995, 2006; DURANTI, 1994) e compromisso social (BELLOTTO, 2002; SOARES, ano) o trabalho aqui apresentado pretende tecer considerações entorno do processo de construção da legitimidade e representação do Arquivo Público de Santa Catarina no trato com a gestão do patrimônio documental

produzido pelo Estado nos últimos 60 anos. O artigo foi elaborado metodologicamente a partir da análise meticulosa dos documentos existente no fundo documental institucional do APESC, e que são indícios que vislumbram suas conquistas e reconhecimento perante a sociedade e o governo estadual. Associado ao trabalho empírico a análise de uma quantidade expressiva de artigos versando sobre o APESC e veiculados na Revista *Ágora*. O diálogo entre estas duas perspectivas sustenta este trabalho. A documentação custodiada pelo APESC é caminho inequívoco para a comprovação de direitos, acesso à informação e conhecimento histórico – elementos empiricamente verificáveis dos processos humanos – é informação arquivística pública avaliada, selecionada e transferida para o espaço arquivístico do Estado. Em Santa Catarina, a preocupação com a guarda e preservação da memória histórica da administração pública catarinense tornou-se mais dogmática no início da república. Descaminhos e querelas políticas inviabilizaram a institucionalização do Arquivo na primeira metade do século XX. Sua combativa caminhada iniciou-se de fato com a Lei nº 2.378, de 28 de junho de 1960, assinada pelo Governador Heriberto Hülse, que, além de criar o Arquivo Público, consagrava-o como o legítimo órgão custodiador da documentação produzida pelas secretarias de estado e pelos departamentos autônomos. Até final da década de 70, o APESC constituía-se em apenas um espaço com as relíquias documentais naturalmente acumuladas, produzidas por agentes públicos e instituições públicas pretéritas, versando sobre o funcionamento do aparelho governamental e suas ações sobre e na Ilha de Santa Catarina. Um verdadeiro baú de memória, patrimônio documental que carecia de uma organização arquivística plena. Entre as décadas de 1980 e 1990 os esforços dos primeiros diretores do Arquivo Público, juntamente com o empenho de letrados catarinense e dos amantes da memória histórica catarinense, forneceram novos contornos às práticas arquivísticas no Estado, provocando um maior empenho às ações voltadas à preservação da memória catarinense. A criação dos cargos de Técnicos em Restauração e Preservação de Documentos, de Auxiliar Técnico de Restauração e Preservação de Documentos e a construção de uma política de preservação documental eram sinais de que havia um reconhecimento, ainda que modesto, sobre a importância operacional do Arquivo para a administração pública e para a sociedade. A partir daquela década, o Arquivo Público tornou-se efetivamente responsável em organizar a massa documental já existente herdada da secretaria ao qual estava vinculado ou do palácio do governo, e igualmente responsável pela massa documental a ser recolhida junto aos órgãos da administração pública direta e indireta. Associado a esta fase frutífera, o APESC, por meio de seus dirigentes, tomou a frente para discutir sobre a questão arquivística no Estado de Santa Catarina. Para isso braços foram criados: Associação dos Amigos do Arquivo, Encontro Estadual de Arquivos (ECA) e a criação da Revista *Ágora*. Eram estratégias para viabilizar aportes técnicos científicos para fomentar a prática da gestão documental e a preservação da memória documental no estado catarinense. Além disso, a instituição ampliou-se e instrumentalizou-se. No final da década de 90 contava com 39 servidores, com um laboratório de restauração e conservação de documentos equipado e investimentos que garantiram à melhoria substancial do espaço de guarda e de difusão, bem como a qualificação dos servidores. A trajetória de “empoderamento” do Arquivo Público passou, a partir da segunda metade dos anos 2000, a sofrer sintomáticos abalos. Falta de uma sede própria, enxugamento do quadro de pessoal, falta de investimentos, descontinuidade e enfraquecimento da gestão documental e diminuição dos serviços prestados como as ações educativas, exposições e visitas técnicas. O dinamismo e visibilidade que a instituição arquivística possuía foram aos poucos se arrefecendo; a Associação dos Amigos foi desativada, os encontros foram suspensos, a revista adormeceu e finalmente, agindo como pá de cal, no final da segunda década do ano 2000, a gestão documental foi arrancada do Arquivo Público como sinal abrupto do desconhecimento da função sistêmica do órgão e sua importância para a administração pública. Há cinco anos, em um movimento incessante de luta e resistência, o Arquivo Público tenta recuperar seu dinamismo e

ampliar sua visibilidade junto ao governo e a sociedade. Embora, ainda com um quadro diminuto, recompõe seu fôlego e força dinamizando seus serviços, seu compromisso social com a divulgação e publicidade do seu acervo, infiltrando-se com personalidade nas discussões sobre a indivisibilidade do sistema de gestão documental que inclui obviamente o arquivo permanente, aproximando-se das instituições acadêmicas e de classe, criando grupos de debate sobre arquivos catarinenses. Através da análise documental e bibliografia é possível concluir que as reflexões sobre a trajetória do Arquivo Público e as curvas que evidenciam seu reconhecimento e valorização frente à sociedade e o poder público precisam ser aprofundadas. Não basta ao APESC ser reconhecido como repositório da memória histórica. É preciso, associado a esta importante função, reconhecer e valorizar esta instituição no que diz respeito ao seu caráter sistêmico que envolve a gestão documental dos documentos produzidos e recebidos pelos braços do estado catarinense para que, enfim, a informação arquivística cumpra o seu papel plenamente.

**Palavras-Chave:** Preservação Documental, Arquivo Permanente; Função Social; Função Política; História.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, A. A. (org.) **Produzindo o passado:** as estratégias de construção do patrimônio cultural. SP: Brasiliense, 1984.

BELLOTTO, H. L. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciência & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, jan./jun. 2000.

BELLOTTO, H. L. **Arquivística:** objeto, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BLOCH, M. **Arquivos Permanentes.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BLOCH, M. **A apologia da História.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História.** São Paulo: Perspectiva 2009.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores, processos. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, 2006.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995.

JARDIM, J. M. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, v. 2, n.2, jul./dez, 1987.

LE GOFF, J. **Memória e história.** Campinas: Unicamp, 1990.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, SP: PUC, nº 24 1998.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.



RICOEUR. P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2007.